



## Depoimentos Pessoais

### **José Dias Urbano - "Como melhorar a Educação?" in "Público" 04/11/06**

---

#### **Como melhorar a Educação? in "Público" - 04/11/06 José Dias Urbano \***

Cada dia que passa há um político bem-intencionado que, tendo poder para aplicar as ideias que lhe assaltam o espírito, decide colocar mais um tijolo no já destrambelhado edifício do sistema educativo, dando mais um passo firme no caminho do insucesso

Mandatado pela Assembleia da República, o Conselho Nacional de Educação (CNE) está a organizar um debate sobre a educação. Tanto quanto me foi dado aperceber, o CNE pretende apresentar um parecer que contenha recomendações para melhorar a educação nos próximos anos. Para o elaborar, está a ouvir personalidades por ele escolhidas e a solicitar contribuições de quem deseje participar. As audições e as contribuições espontâneas devem responder a perguntas formuladas pelo Conselho sobre cada um dos seguintes temas: Educação e cidadania, Qualidade e equidade em educação, Escolas, professores e outros profissionais, Aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego e Ciência, investigação e desenvolvimento educativo. Mas o CNE acolhe também opiniões sobre questões que não tenham sido formuladas ou que não se enquadrem directamente num dos temas, desde que se refiram a metas a atingir e a medidas a tomar.

Do teor das perguntas feitas ao CNE, infere-se que lhe é pedido que ajude a AR a definir os objectivos do sistema educativo português e que sugira ao Governo as medidas apropriadas para os alcançar. No entanto, o seu trabalho pode vir a revelar-se menos útil do que à primeira vista pode parecer, pelas razões que a seguir apresento.

A primeira prende-se com o estado inicial do sistema. Não se deve mexer num sistema com as implicações sociais do educativo, sem o conhecer muito bem. Ora, de tantas mexidas que levou, ninguém conhece bem em que estado ele se encontra nos seus múltiplos aspectos e componentes, nem mesmo aqueles que tem o dever de gerir, separadamente, cada uma das suas partes. A sua caracterização rigorosa revelar-se-ia de grande utilidade, porque o tempo gasto nessa tarefa encurtaria as etapas seguintes e valorizaria as recomendações.

A segunda razão tem a ver com a inclusão "no mesmo saco" dos objectivos e das medidas para os atingir. Por detrás desta decisão poderá estar o pressuposto de que o diagnóstico sobre os males da educação está feito e que aquilo que interessa agora é escolher e aplicar os remédios, sem mais delongas. Compreende-se a pressa, mas, embora muito difundida, a ideia de que o diagnóstico está feito é um erro que nos

tem custado muito caro. Na verdade, não se pode confundir um rol desconexo de queixas de um mal desconhecido com o diagnóstico das suas causas.

A terceira razão prende-se com o facto de o CNE depender do Ministério da Educação. Sendo transversal, o fenómeno educativo interessa a todas as actividades. Mas sendo a nossa tradição política o que é, com cada ministro a mandar no seu "castelo", tenho receio que haja ministros que não se sintam "atingidos" pelas eventuais recomendações do CNE, tanto mais que têm os seus próprios conselhos. Espero que o facto de o mandato do CNE provir da AR e do Governo invalide o meu receio.

Seja como for, mais vale um parecer do que parecer nenhum. Mas tudo ficaria mais simples se a AR e o Governo tivessem começado por concordar que o grande objectivo dos sistemas educativos das sociedades contemporâneas é fornecer aos cidadãos, jovens e adultos, as ferramentas intelectuais que foram aperfeiçoadas ao longo dos tempos e que, criteriosamente aplicadas, permitem viver hoje mais e melhor do em qualquer outro período da história da humanidade. Essas ferramentas são bem conhecidas dos países que conseguiram dar a volta por cima através da educação e não precisam de ser inventadas outra vez. São constituídas por saberes científicos, tecnológicos, sociais, literários e artísticos, todos eles igualmente importantes.

Sendo bem conhecidas, o que importa é averiguar por que razão essas ferramentas não são convenientemente disponibilizadas em Portugal. E, para esse fim, a leitura do Diário da República revelar-se-ia muito mais útil do que a opinião de muitos especialistas.

Nós, como nação, não sabemos criar sequer a riqueza que consumimos, endividando-nos a um ritmo alucinante. Porquê? Porque cada dia que passa há um político bem-intencionado que, tendo poder para aplicar as ideias que lhe assaltam o espírito no momento em que julga que tem de decidir, decide colocar mais um tijolo no já suficientemente destrambelhado edifício do sistema educativo, dando assim mais um passo firme no caminho do insucesso. Travar este processo fará muito mais pela educação do que mil pareceres de ilustres especialistas.

E, pergunta o leitor, como se travam os impulsos educativos dos ministros e dos deputados? A resposta é simples: introduzindo uma nova cláusula legislativa que impedisse a elaboração de legislação avulsa. Para isso, e já que não se aproveitou o impulso gerado com o Manifesto para a Educação da República, devia aproveitar-se o momento criado com o debate sobre a educação.

Dada a diversidade ideológicas dos nossos deputados, é expectável que nem todas as eventuais recomendações do CNE colham a sua aprovação unânime. Por isso, elaborado o parecer, o presidente do CNE devia reunir-se com os líderes das bancadas parlamentares no sentido de encontrar um núcleo duro de recomendações que pudessem ser aprovadas por maioria qualificada de 2/3. A partir daí, qualquer disposição que visasse alterar de forma significativa a arquitectura ou modo de funcionamento do sistema educativo teria de ser aprovada também por maioria qualificada dos deputados. O sistema educativo ficaria a ganhar e o sistema político também!

\*Professor da Universidade de Coimbra